



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

CONSELHO DE MINISTROS

SÚMULA DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS EM

29 DE OUTUBRO DE 1974

Presentes todos os Ministros à exceção do Ministro sem Pasta Álvaro Cunhal, ausente em missão.

Participaram dos trabalhos os Secretários de Estado da Saúde e da Segurança Social.

Fundação Cuidar o Futuro

I. ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1. A pedido de O Primeiro Ministro, o respectivo Chefe de Gabinete expôs vários problemas relacionados com o funcionamento do Gabinete do Primeiro Ministro e Secretariado do Conselho de Ministros.

1.2. Foi deliberado:

- a) publicar um diploma criando um secretariado específico para o Conselho de Ministros;
- b) publicar um diploma reorganizando, no sentido de maior funcionalidade, o Gabinete de O Primeiro Ministro;

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

2

c) fazer, no âmbito do Gabinete de O Primeiro Ministro, o contrato de aluguer dum equipamento de telecópia em ligação com os vários Ministérios. Estes suportarão a sua parte nas despesas.

2.1. O Ministro do Trabalho suscitou o problema do horário de trabalho nacional, em particular no que se refere ao sector rural. Nomeadamente, parece-lhe necessário alterar para 45 horas de trabalho semanal, em horário flexível, os horários de Beja e Évora.

2.2. Pronunciaram-se sobre o assunto o Ministro da Administração Interna, Ministro da Economia e Ministro do Equipamento. Designadamente, o Ministro da Economia expôs as suas reservas quanto à possibilidade de a agricultura portuguesa poder suportar os aumentos de encargos derivados da diminuição de horas de trabalho.

O Ministros da Administração Interna e Equipamento informaram o Conselho de que os números actuais de desempregados (7 000) estavam influenciados pela presença de profissionais doutros sectores levados para a agricultura pela atracção de melhores salários.

O Ministro Magalhães Mota sugeriu que o problema fosse estudado pelos Ministros da Economia e do Trabalho

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

3

pois a situação está deformada quer pelas Convenções feitas a curto prazo quer pela actual situação de de_u desemprego.

- 2.3. Após intervenções do Ministro sem Pasta Victor Alves, Ministro da Economia e de O Primeiro Ministro foi deliberado constituir um grupo de trabalho constituído por representantes dos Ministérios da Economia e do Trabalho, com um elemento da comissão do Grupo para o Horário de Trabalho.
- 2.4. O Ministro do Equipamento Social lembrou que o seu Ministério está a tentar ajudar as autarquias locais para resolução do problema de desemprego mediante a realização de obras públicas e projectos semelhantes.
3. O Ministério dos Negócios Estrangeiros propôs ao Conselho a designação para Embaixador em Paris do Prof. Doutor António Coimbra Martins, que foi aprovada.
4. O Ministro dos Negócios Estrangeiros informou o Conselho de que o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil visitará oficialmente Portugal, nos primeiros dias de Dezembro, no âmbito do Tratado de Amizade e Cultura.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

4

II. ORDEM DO DIA

5. Foi aprovada a súmula da reunião de Conselho de Ministros, de 25 de Outubro.
6. Pelo Ministro das Finanças foi solicitado, a pedido do interessado, o adiamento da apreciação da proposta de designação dum administrador por parte do Estado na Sociedade Financeira Portuguesa.
7. Pelo Ministro das Finanças foi informado ser necessária a publicação dum diploma legal para pagamento integral das horas extraordinárias ao pessoal dos gabinetes.
Foi deliberado elaborar o diploma prevendo o pagamento das horas efectivamente prestadas.
8. Foi aprovada a nomeação do Major de Artilharia JOSÉ EDUARDO MARTINHO GARCIA LEANDRO para Governador de Macau.
9. Foi aprovada a nomeação do Tenente-Coronel de Infantaria MÁRIO LEMOS PIRES para Governador de Timor.
- 10.1. O Ministro dos Assuntos Sociais expôs ao Conselho o programa do Ministério dos Assuntos Sociais. Deram esclarecimentos complementares os Secretários de Estado da Saúde e Segurança Social.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

5

- 10.2. Intervieram na discussão os Ministros Magalhães Mota, da Justiça, da Economia, das Finanças, da Coordenação Interterritorial, Melo Antunes, do Equipamento Social e O Primeiro Ministro.
- 10.3. Com anotação de louvor, foi aprovado, nas suas linhas gerais, o programa apresentado. Foi igualmente deliberado que o plano apresentado se integrasse no programa económico-social do Governo.
- 11.1. O Ministro do Trabalho apresentou as leis orgânicas do seu Ministério assim como o respectivo programa de acção, a curto prazo.
- 11.2. Em relação ao programa de acções, a curto prazo, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros reformulou as objecções anteriormente apresentadas. O Ministro da Justiça levantou também problemas quanto à articulação dos serviços dos Tribunais de Trabalho com os serviços do Ministério da Justiça. O Ministro das Finanças suscitou também o problema do Fundo de Desemprego.
- 11.3. Foi aprovada uma proposta de alteração do ponto 15. do programa que ficará com a redacção seguinte, apresentada pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

6

"15. Reforçar a representação e a actividade da Secretaria de Estado da Emigração nos países onde seja mais elevado o volume da corrente migratória."

- 11.4. Foi aprovada a proposta do Ministro Magalhães Mota no sentido de não ser novamente discutido o Plano de Actuação do Ministério por já o ter sido nas suas linhas principais.
- 11.5. O Ministro do Equipamento deu informações sobre a previsão de receitas e despesas do Fundo de Desemprego.
- 11.6. Intervieram na discussão os Ministros da Economia, Finanças, Victor Alves, Equipamento Social e Justiça.
- 11.7. O Ministro dos Assuntos Sociais propôs que o problema fosse objecto de um estudo aprofundado por parte dum grupo de trabalho constituído pelos Ministros da Economia, Finanças, Assuntos Sociais, Trabalho e Equipamento Social.
- 11.8. O Ministro Magalhães Mota propôs que fosse definida uma política de actuação em relação ao desemprego. Essa política deve consistir em conjugar uma política de subsídios para os desempregados e uma política de criação de empregos. Esta, por sua vez, poderá consistir numa política de investimentos ou, exclu-



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

7

sivamente, numa política de pagamento de mão de obra utilizada.

O Grupo de Trabalho proposto deveria equacionar esta política.

- 11.9. O Ministro da Coordenação Interterritorial sugeriu que a repartição fosse feita considerando separadamente o destino da contribuição patronal que é, em última análise, dos consumidores.
- 11.10. Pelo Primeiro Ministro foi sugerido que o Grupo de Trabalho com participação dos trabalhadores, estude o problema.
- 11.11. Foi deliberado que os cinco Ministros propostos se entendam numa solução a propor ao Conselho e que este processo se desenrole com audiência dos trabalhadores.
- 11.12. A discussão das restantes leis do Ministério do Trabalho prosseguirá na próxima reunião do Conselho.
12. Foram aprovadas as alterações propostas pelo Ministro da Economia em relação ao projecto de decreto-lei sobre dissolução de corporações.

./.



III. DEPOIS DA ORDEM DO DIA

13. Foi aprovada, por unanimidade, uma proposta de resolução do Conselho de Ministros prevendo, em circunstâncias de missão ao exterior, a presença, com voto, dos Secretários ou Subsecretários de Estado que substituam o Ministro.
14. Foi aprovado que, logo que possível, os Conselhos de Ministros passem a realizar-se apenas uma vez por semana e à terça-feira.
Os Conselhos deverão realizar-se à hora marcada e ter um intervalo às 17,30 horas, com jantar se a reunião se prolongar.
15. O Almirante Rosa Coutinho expôs ao Conselho alguns aspectos da evolução da situação política em Angola.
- 16.1. O Ministro da Administração Interna deu indicações sobre o andamento da lei eleitoral.
- 16.2. Realizar-se-á uma reunião com os Ministros representantes dos Partidos da Coligação para estudo das alterações propostas.
- 17.1. O Ministro da Educação e Cultura deu conhecimento ao Conselho das suas apreensões quanto ao começo das aulas relativas ao ensino básico e secundário por mo-



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

9

tivo de actuação de movimentos políticos que pretendem bloquear a acção do Governo.

- 17.2. Foi deliberado que o Ministro da Educação e Cultura fizesse, pela TV, a desmistificação destes processos de actuação e, também, a adopção de procedimento criminal quanto aos jornais que, usando falsificações, ampliaram a campanha.
- 17.3. Outro problema focado pelo Ministro da Educação e Cultura foi o do excesso de frequência das Universidades. Em relação a este problema, a única hipótese que se lhe afigura viável é a da criação dum serviço cívico.
- 17.4. Os problemas serão debatidos na agenda do próximo Conselho.
- 18.1. O Ministro da Educação e Cultura colocou ao Conselho o problema da realização dos jogos Luso-Brasileiros.
- 18.2. Foi deliberado que se fizessem diligências diplomáticas para conhecer a opinião do Governo Brasileiro, sugerindo-lhe manifestações culturais e a presença de Guiné-Bissau.
19. O Ministro da Justiça deu conhecimento dos problemas relacionados com o atraso da publicação do diploma



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

10

sobre registo criminal.

20. O Ministro da Justiça expôs também o problema do atraso na nomeação do Vice-Presidente do Conselho Superior Judiciário.
21. O Ministro da Justiça solicitou também a atenção do Ministro da Administração Interna para patrulhamento das zonas da cidade onde a prostituição alarma a população, criando problemas sociais.
- 22.1. O Conselho de Ministros aprovou que fossem retirados, por ineportunos, dois diplomas, já aprovados e promulgados, referentes, respectivamente, à abertura do ano judicial, em Moçambique, e a empréstimos a contrair na Caixa Geral de Depósitos pelas Câmaras Municipais de Lisboa e Porto e a aumentar as tarifas.
- 22.2. Em relação ao diploma referido em segundo lugar, foi deliberado considerar aprovada uma alteração ao diploma prevendo empréstimos, para Novembro e Dezembro, e a alteração de tarifas a partir de 1 de Janeiro.
23. Foi aprovado um projecto de decreto-lei apresentado pelos Ministros da Economia e da Justiça que prorroga o período de discussão pública do projecto de di-

./.



ploma sobre o arrendamento rural e, para evitar que os contratos vigentes sejam subtraídos à aplicação do novo regime, impede a denúncia dos contratos cujo prazo termina entre 9 de Outubro e a data de entrada em vigor do novo diploma, suspendendo também as acções de despejo com fundamento no decurso do prazo.

- 24.1. O Ministro do Equipamento Social colocou ao Conselho os problemas da reivindicação salarial do pessoal da TAP.
- 24.2. Os Ministros dos Assuntos Sociais e Administração Interna levantaram o problema da mistificação que constitui considerarem-se trabalhadores e apresentarem-se como aliados do Governo e do MFA os funcionários da TAP e os bancários que fazem parte das classes sociais favorecidas.
- 24.3. Foi deliberado, considerando o nível de vencimentos e regalias sociais do pessoal da TAP, não conceder qualquer aumento ao pessoal.